

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.026 - DF (2019/0167439-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : SANDRA PAULA COELHO CASARI (PRESO)  
**ADVOGADOS** : IARLEYS RODRIGUES NUNES - DF054161  
DAYANA ALMEIDA FRAGA SAMPAIO - DF034044  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **SANDRA PAULA COELHO CASARI**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja ementa registra:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. RISCO A INSTRUÇÃO CRIMINAL. ORDEM DENEGADA.

1. Havendo materialidade do delito e indícios suficientes de autoria, e sendo adequada e necessária a medida cautelar de prisão para garantia da instrução criminal, em face da notícia de intimidação de testemunha, presentes estão os fundamentos da prisão preventiva.

2. Ordem denegada." (e-STJ, fl.109).

Consta nos autos que a recorrente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática de um homicídio qualificado.

Nesta Corte, alega ilegalidade do decreto preventivo porque baseado em suposições do magistrado acerca da possibilidade de coação de testemunhas.

Requer a revogação da sua custódia provisória ou a aplicação de medidas cautelares alternativas.

**É o relatório.**

**Decido.**

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo do Tribunal do Júri de Brasília, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator

